

1000 milhões de Euros – Toma lá dá cá!

Falo-vos hoje do Programa de apoio à economia local, o PAEL. Considerando que as economias locais são decisivas para a recuperação sustentada do tecido económico português, o actual Governo lançou um programa de financiamento às autarquias. Este programa, com um montante de 1000 milhões de euros, visa revitalizar as economias locais, emprestando às autarquias a longo prazo, 14 e 20 anos, os montantes que lhes permitirão pagar as dívidas a fornecedores, com atrasos superiores a 90 dias.

Tendo em conta que o tecido empresarial português é constituído essencialmente por pequenas e médias empresas (PME), cerca de 99%, que estas são responsáveis por 75% do emprego e por 60 % do volume de negócios nacional, só podemos aplaudir este programa.

Com este financiamento, as autarquias poderão pagar as suas muitas dívidas às PME e ao pagarem, darão um enorme impulso às economias locais, evitando a falência de mais empresas e contrariando o aumento do desemprego. Pelo contrário, permitirão invertê-lo.

Se durante anos as nossas PME têm sido o patinho feio da economia, sempre esquecidas pelos nossos governantes e pela comunicação social, em tempos de vacas magras, já a estória muda de figura. As PME transformam-se no belo cisne que actualmente é quem vai animando a nossa economia, graças à coragem, capacidade de adaptação e espírito inventivo dos nossos anónimos empresários. Um programa que as revitaliza é água no deserto.

Mas como diz o povo: no melhor pano cai a nódoa. Ao contactarmos as autarquias, somos informados que as dívidas ao estado são prioritárias e que dentro destas estão os famosos 400 milhões que estas devem às Águas de Portugal – 40 % do total. Afinal o Estado vai emprestar dinheiro às autarquias para que estas que lhe paguem o que devem. Enfim, para substituir dívida de curto prazo por longo, mas continuando a dever. Lá se vai a revitalização da economia local!

E quanto ao Estado? Lá recapitaliza a AdP e as multimunicipais, podendo com isso continuar com a mesma estratégia de estatização do sistema, estendendo a Alta à Baixa que agora se chama verticalização. Aos interessados, as autarquias, nada se pergunta, apenas se lhes acena com crédito fácil se aderirem, e fazendo esquecer que nada se dá sem custos.

Temo que com dinheiro fresco, voltem as obras faraónicas caracterizadas por longas condutas para evitar pequenos sistemas locais, ou novas ETA e ETAR em vez da reabilitação das existentes. Prevejo até novas investidas internacionais, esquecidos que estão os desaires no Brasil, Moçambique ou Cabo Verde.

Aquando do PEAASAR II, escrevi que relativamente ao primeiro era mais do mesmo; não iria contribuir para aumentar o PIB, não iria desenvolver o tecido empresarial, nem garantir preços correctos ou alcançar as metas previstas. Estamos a um ano do seu final; todos sabemos como nos encontramos.

À data exige-se uma nova mentalidade, a AdP, as autarquias e as empresas devem estar do mesmo lado. As soluções para gestão dos sistemas de saneamento Básico podem ser variadas mas todas assentes em análises económicas que visem servir pelo custo mais baixo. Se a verticalização pode ser nuns casos a melhor solução, noutros pode não o ser. Cada caso é um caso e não devemos usar os mecanismos de financiamento para forçar as autarquias a uma solução que poderá ser desfavorável para o consumidor.

Desenvolver a economia nacional, impulsionar as empresas, inverter o desemprego, devem ser os nossos objectivos primordiais. Os 1000 milhões devem ser para estes fins e não para jogos de toma lá dá cá. Peço ao Governo que pare para pensar, que use aquele montante para financiar actividades reprodutivas e não a tentar tapar buracos sem fundo.

João de Quinhones Levy
Revista Água e Ambiente
Outubro 2012